

Desenhos da democracia brasileira: cultura política e o caso do "referendo das armas".

jlou Joyce Louback Lourenço.

Cita:

jlou Joyce Louback Lourenço (2010). *Desenhos da democracia brasileira: cultura política e o caso do "referendo das armas"*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/586>

TÍTULO: DESENHOS DA DEMOCRACIA BRASILEIRA: CULTURA POLÍTICA E O CASO DO “REFERENDO DAS ARMAS” *

Autora: Joyce Louback Lourenço (Apelido: jlou)

Email: joycelouback@gmail.com

Instituição: Instituto Universitário de pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

Área temática: Política comparada

* "Trabajo preparado para su presentación en el V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Buenos Aires, 28 a 30 de julio de 2010."

RESUMO

O trabalho propõe uma investigação acerca dos dilemas que envolvem a consolidação da democracia brasileira, a partir de um estudo acurado das principais vertentes da teoria sociológica sobre o tema – a saber, as vertentes culturalista e racionalista –, e da análise do Referendo sobre a proibição do comércio de armas de fogo realizado em 2005, no Brasil. Para tanto, serão analisadas as peças publicitárias do horário gratuito da propaganda eleitoral exibidas na TV, a fim de compreendermos o ambiente informacional do referendo, e também o modo como tais informações influenciaram a tomada de decisão dos eleitores.

INTRODUÇÃO

Analisar um evento político após quase cinco anos de sua realização é desafiador, não só por conta do seu distanciamento espaço-temporal, mas também porque torna-se imprescindível indagarmos sobre os ecos do episódio na nossa realidade. Retomar a análise do Referendo do desarmamento (ou “Referendo das armas”) como caso exemplar não tem como finalidade apenas perscrutar seus detalhes técnicos ou interpretar seus resultados, mas, sobretudo, visa oferecer uma leitura que articule as peculiaridades do cenário político brasileiro a uma série de teorias que debatem nosso passado e presente histórico. O Referendo lança uma nova luz sobre algumas das inúmeras interpretações sobre o Brasil, à medida que sua realização coloca como questão fundamental o andamento da participação política e das formas de exercício da democracia e cidadania no país.

O presente trabalho pretende oferecer uma perspectiva acerca do dilema em torno das variáveis responsáveis pela afirmação da democracia entre nós. O tratamento do tema envolve um amplo debate teórico que se divide basicamente entre as vertentes racionalista e a culturalista, cuja repercussão na teoria social contemporânea se estende às análises das realidades de países periféricos, como o Brasil. Os modelos emprestados dos consagrados estudos sobre a democracia nos fornecem o aporte necessário para realizarmos uma leitura eficaz acerca dos nossos próprios arranjos e debilidades. A reedição do tema da cultura política é essencial para os fins perseguidos, uma vez que sua abordagem nos leva diretamente para o questionamento sobre uma suposta perversidade dos nossos padrões culturais, considerados não coincidentes com a democracia – ou, pelo menos, com certos modelos pertinentes à teoria da modernização. Assim sendo, a investigação aqui empreendida pretende esclarecer alguns aspectos envolvendo os referidos temas, visando o entendimento dos percalços da trajetória brasileira. A análise das tentativas de se estabelecer no país uma cultura política participativa e uma sociedade civil atuante abre caminho para o estudo do referendo do desarmamento.

O referendo do desarmamento é o pano de fundo do trabalho. Sua realização é uma novidade no cenário político brasileiro, e nos fornece um manancial inesgotável de questões. Aqui, serão analisadas somente peças publicitárias exibidas no horário eleitoral gratuito. O objetivo do exame minucioso das propagandas é saber quais foram os argumentos responsáveis pela escolha da população, bem como impacto dos mesmos no resultado do pleito. Para tanto, serão utilizadas a fenomenologia e os conceitos extraídos da etnometodologia, teorias que fornecem o substrato necessário para entendermos como os agentes apreenderam os pacotes argumentativos exibidos e formularam seus juízos sobre o tema proposto.

O trabalho foi dividido em duas partes. A primeira deseja apresentar uma revisão das principais correntes teóricas que abordam a problemática da ação social e os temas da cultura política e da consolidação democrática. Já a segunda consiste em uma análise das propagandas do Horário Gratuito da Propaganda Eleitoral, e avança para o estudo sobre o “ambiente informacional” do Referendo e sua influência no processo de tomada de decisão dos eleitores. O que se procura neste trabalho é apresentar uma perspectiva sobre a democracia brasileira e suas expressões, enfocando as atitudes e orientações dos cidadãos no processo de afirmação do regime democrático. O referendo é o referencial empírico necessário para sabermos, se canais formais de participação constituem-se como uma alternativa na consolidação da democracia no Brasil e na formação de uma cultura calcada em valores cívicos.

Parte I – Teorias da democracia: cultura política e o déficit democrático brasileiro

1.1. Cultura política – Conceito e abordagens

O processo de institucionalização da democracia em contextos periféricos deu origem a uma voga de estudos que pretendem interpretar os êxitos e equívocos de uma realidade cujas práticas e valores não se ajustam às instituições democráticas. O tema da cultura política emerge em trabalhos que comparam a realidade de países em vias de democratização à dinâmica das chamadas “democracias originárias”, divididos em uma vertente voltada para o exame da dimensão cultural da ação, e em outra que se apóia nas contribuições da escolha racional. A revisão teórica das tradições teóricas citadas faz-se necessária, a fim de mostrar suas interfaces possíveis e também suas incongruências. Assim, interessa-nos saber se realmente vigora entre nós uma cultura política que impede o desenvolvimento de instituições democráticas, e investigar se os avanços no sistema formal brasileiro colaboraram para a criação de uma cultura afim à democracia e à participação.

As abordagens de tipo Culturalista almejam entender o comportamento político da população a partir da análise de seus valores e padrões cognitivos (PORTO, 2004). As atitudes políticas dos indivíduos são avaliadas através da dimensão cultural da ação, ou seja, das motivações e crenças no sistema político ao qual pertencem. Segundo Almond e Verba, cultura política é (...) “a distribuição particular de padrões de orientações sobre os objetos políticos entre os membros da nação” (ALMOND E VERBA apud PORTO, 2004). Sendo assim, compreendemos que a cultura política de uma sociedade é constituída pelos aspectos cognitivo e valorativo, os quais constituem o modo de agir e pensar da população, haja vista a transmissão de certos valores e a reafirmação de práticas no cotidiano. Tal vertente coloca em relevo o consenso da sociedade em torno de certas disposições e valores como o elemento fundamental que compõe uma “cultura cívica”, democrática. Os estudos de Almond e Verba trazem como inovação fundamental a relação positiva entre cultura política e democracia formal. Desta maneira, “Para que o modelo democrático do Estado participativo se desenvolva nessas novas nações é preciso mais do que as instituições formais da democracia... Uma forma democrática de sistema político participativo requer também uma cultura política congruente com ela” (ALMOND E VERBA apud PRZEWORSKI, CHEIBUB E LIMONGI, 2003, P. 5).

Após um período de florescimento de estudos baseados na perspectiva sociológica, emergem na teoria social análises inspiradas na escolha racional, vertente que alcançou grande popularidade e cujos conceitos influenciaram consideravelmente as teorias da democracia. As questões envolvendo as orientações do *homo economicus*, a saber, o problema da ação individual e a capacidade do agente em atingir os fins perseguidos, inseriram-se com sucesso no debate sobre racionalidade democrática. A fim de entendermos o que de fato diferencia a abordagem Racionalista do Culturalismo, nos valem aqui da explicação de Jon Elster:

“Quando defrontamos com vários cursos da ação, as pessoas comumente fazem o que acreditam que irá levar ao melhor resultado global. Essa sentença enganosamente simples resume a teoria da escolha racional.”

“A escolha racional é instrumental, guiada pelo resultado da ação. As ações são avaliadas e escolhidas, não por elas mesmas, mas como meios mais ou menos eficientes para um fim ulterior”. (ELSTER apud MAGALHÃES, 2003, P.12)

É, portanto, o caráter pragmático da ação que estrutura as escolhas e atitudes individuais. A leitura apresentada pela escolha racional relaciona a competência do agente em realizar cálculos e maximizar seus ganhos à sua capacidade reflexiva. A aplicabilidade de tal premissa às análises da democracia e do comportamento eleitoral foi muito profícua. Entretanto, a abordagem “simplista” da *rational choice* acerca do processo de escolha dos agentes não contempla toda a complexidade do processo democrático, conforme veremos posteriormente.

Se considerarmos as teorias que tratam da natureza da ação social e o debate sobre racionalidade democrática, percebemos que a vasta literatura sobre os temas abriga leituras e conceitos dos mais diversos, conquanto não necessariamente inconciliáveis. As limitações e a aparente incompatibilidade entre as vertentes teóricas aqui trabalhadas abrem caminho para reflexões cujo mote é aproximar seus respectivos conceitos e, quem sabe, complementar suas lacunas. Fábio Wanderley Reis e Mônica Mata Machado de Castro (2001) apresentam uma leitura sobre as imbricações entre normas e racionalidade no processo de consolidação democrática, que será referência para o estudo aqui proposto. De acordo com os autores, o aparente antagonismo entre as perspectivas Culturalista e Racionalista abriga como necessidade intrínseca um ajustamento entre os conceitos fundamentais que definem as correntes. O grande desafio proposto é a superação da tensão entre as duas perspectivas, tarefa difícil se levarmos em conta a radicalização do debate entre ambas.

O argumento alternativo às abordagens trabalhadas funda-se no argumento de que a racionalidade instrumental, base da teoria da escolha racional, agrega também a capacidade do agente de introduzir na sua decisão os fatores cognitivos, quais sejam os valores, as normas e as convicções que possam influenciar suas preferências, tornando-o mais próximo da maximização dos seus interesses.

(...) “uma concepção adequadamente sofisticada de racionalidade não permitiria jamais assimilá-la ao cálculo míope; ao contrário, a idéia de racionalidade, bem concebida, na verdade requer a capacidade de *reflexividade*, com a conseqüência de que o agente se mostrará tanto mais racional quanto mais seja capaz de incluir na deliberação sobre a eficiência de suas ações as considerações relativas aos valores e normas e ao próprio ideal de vida que lhe importa realizar”. (REIS E CASTRO, 2001, p.26)

Agir de modo razoável e racional é, portanto, perseguir os objetivos pessoais e agregar à decisão os condicionantes normativos e cognitivos supostos pela teoria culturalista, o que afasta o agente da idéia de um cálculo “míope”, conduzido pelos interesses em jogo no momento da ação.

O debate sobre a abordagem racionalista e sua concepção de racionalidade restrita ao cálculo interessado dos agentes nos leva ao problema da deliberação democrática. Reis e Castro constataam que a maioria dos estudos sobre a realidade brasileira não aponta uma conciliação entre as variáveis cognitivas e prescritivas e os interesses pessoais e imediatos dos agentes. O exame atento de tais conteúdos da ação revela uma dinâmica que se afasta do cálculo frio e indica a importância dos fatores identitários para as ações sociais. A vinculação entre os conteúdos cognitivos, morais e racionais (REIS E CASTRO, 2001) nos fornecem um outro olhar sobre a natureza da participação política e as implicações na teoria sobre a cultura política e o processo de aprofundamento da democracia.

1.2. O dilema da institucionalização democrática

Antes de nos concentrarmos na análise da democracia e sua vigência, cabe ressaltar ainda a abordagem das normas pelas vertentes racionalista e culturalista, a qual

será profícua para os nossos interesses. Segundo a escolha racional, a disposição do agente em seguir normas depende da sua reflexividade, ou seja, é fruto de uma (...) “deliberação consciente”; orientar-se de acordo com as normas vigentes é uma ação derivada “de sua própria escolha e responsabilidade” (REIS E CASTRO, 2001). Há, portanto, uma exacerbação da capacidade reflexiva do agente, depurando suas escolhas de toda e qualquer influência cultural. A habilidade de deliberar racionalmente é consagrada pela escolha racional, e denota um alto grau de autonomia do sujeito. A ênfase dada à racionalidade pode ser entendida se tomarmos como referência as formulações de Anthony Giddens (1978) acerca das imbricações entre reflexividade e ação. De acordo com Giddens, os indivíduos possuem uma capacidade reflexiva que os torna aptos a entenderem suas ações e seus juízos sobre o mundo. A ação é, portanto, concebida como uma conduta racionalizada ordenada reflexivamente pelos agentes.

Para a teoria culturalista, as normas correspondem a disposições naturalizadas pelos indivíduos através de suas experiências cotidianas. O arcabouço normativo de uma sociedade emerge no plano da ação e da interação entre os indivíduos, sendo responsável por suas escolhas e atitudes. Não há aqui espaço para uma decisão puramente racional; a ação é uma operação em que certas disposições culturais internalizadas conduzem o indivíduo à sua decisão final. O indivíduo, portanto, não produz reflexões/explicações sobre todos os atos da vida social, uma vez que atua de forma espontânea, mobilizando saberes práticos aprendidos no curso da vida cotidiana e que operam na conduta individual (GIDDENS, 1978).

Reis e Castro apontam alguns equívocos no tratamento do tema, sugerindo uma superação da oposição sistemática entre a abordagem “sociológica” do tema da cultura política e as respostas fornecidas pela teoria da escolha racional. Os autores acenam para um detalhe importante, cuja referência imediata é o modelo proposto por Adam Przeworski. As normas interiorizadas pelos indivíduos podem gerar o “equilíbrio” requerido por uma sociedade democrática “desejável”. Assim sendo, a constituição de um esquema que funciona a nível prático, e que se configura como um modo de agir e pensar dos agentes é o que torna possível a institucionalização de uma cultura em conformidade com a democracia. “A ocorrência de uma tradição de civismo, ou de uma ‘cultura cívica’, com o apego difundido aos mecanismos e valores democráticos, corresponderia à democracia consolidada – na qual se daria um ‘equilíbrio’ que seria também *normativo*, com parâmetros normativos eficazes para o jogo auto-impositivo dos interesses.” (REIS E CASTRO, 2001, p.29). Sendo assim, a criação de um espaço institucional favorável à democracia pode suplantiar o cálculo egocêntrico dos agentes e inspirar atitudes mais solidárias e cooperativas.

Depreende-se, portanto, que o antagonismo entre as perspectivas teórico-epistemológicas da *Rational Choice* e do Culturalismo é vazio de sentido, já que o elemento cognitivo, entendido como o “sistema de conhecimento e crença sobre um sistema político” (PORTO, 2004) é fundamental para o cálculo, sobretudo no processo de deliberação democrática. A breve exposição das abordagens das teorias culturalista e racionalista abre caminho para a análise das lacunas presentes em ambas, bem como a discussão sobre uma interpretação alternativa, que atenda às demandas colocadas pelo sistema democrático.

O dilema envolvendo o estabelecimento da democracia em países sem esta tradição – como as nações latino-americanas, em especial o Brasil – é tangenciado pela problemática da criação de um arcabouço legal que seja afim a este sistema político. A questão colocada é até que ponto a concepção e difusão de um corpo normativo democrático contribuem para o florescimento de práticas cívicas. A literatura culturalista apresenta a criação de normas democráticas e sua conseqüente

interiorização como sendo os elementos fundamentais para a institucionalização do regime democrático. É a cultura, através dos movimentos de reconstrução das identidades coletivas, que faz da política e da participação da sociedade civil expressão de uma (...) “comunalidade de valores, de padrões ético-culturais capazes de unificar as vontades e consciências e possibilitar ações automáticas e irrefletidas por parte de todos os agentes envolvidos”. (REZENDE DE CARVALHO, 2002) Já a abordagem racionalista indaga-se sobre a possibilidade de se construir uma sociedade democrática estável fundamentada no “equilíbrio” resultante da busca pelo melhor interesse (REIS E CASTRO, 2001). O conceito de “equilíbrio” presente na análise de Przeworski refere-se àquelas realidades cujas práticas correspondem às normas. Segundo a leitura de Reis e Castro sobre a obra de Przeworski:

(...) “a idéia de equilíbrio é contrastada tanto com a condição que resulta da operação de normas quanto com a intencionalidade envolvida nas barganhas explícitas, destacando-se nela o papel dos mecanismos típicos do mercado e caracterizados pelo ajustamento mútuo de natureza espontânea, automática e ‘auto-impositiva’ (*self-enforcing*) em que ‘cada um faz o que é melhor para si dado o que os outros fazem’” (REIS E CASTRO, 2001, P. 27)

Um contexto distante deste ideal é, portanto, detestável, constituindo o que o autor chama de “equilíbrio indesejável”. O autor aponta como desafio fundamental para chegar ao equilíbrio democrático ambicionado é ajustar as práticas sociais ao corpo normativo, mecanismo gerador de equilíbrio.

A despeito das críticas e lacunas existentes nas teorias aqui trabalhadas, é notória a contribuição de ambas na compreensão da realidade de países como o Brasil. O aporte fornecido por tais correntes nos oferece um debate profícuo, o qual pode ser aplicado ao caso brasileiro e fornecer respostas satisfatórias sobre as debilidades da nossa sociedade e dos países de democratização tardia. Após a revisão teórica dos seus principais conceitos e abordagens, cabe-nos agora investigar os descaminhos da realidade brasileira no que tange ao seu processo de consolidação democrática, que será desenvolvido a seguir.

1.3. A realidade brasileira enfrenta a teoria

Em “Cultura política, capital social e a questão do déficit democrático no Brasil”, Maria Alice Rezende de Carvalho apresenta uma compilação das diferentes interpretações sobre a realidade brasileira, caudatárias da idéia de que não vigora entre nós uma cultura afim à democracia e, portanto, responsáveis por uma visão negativista da nossa vida social. Segundo a autora, tal perspectiva é restrita, pois não reconhece nossos próprios padrões de sociabilidade. Ao abordar a debilidade das explicações das teorias da escolha racional para os contextos tardios de democratização, Rezende de Carvalho afirma:

A racionalidade do ator democrático extrapola, pois, a dimensão instrumental na medida em que se aplica a garantir que a sua pauta de expectativas (interesses) não se feche, que a idéia de “satisfação” não seja preenchida substantivamente, mas possa, ao contrário, se constituir em uma atividade (política) permanente por “mais satisfação”. (REZENDE DE CARVALHO, 2002)

Como vimos na seção anterior, a conciliação entre a afirmação de interesses individuais e espaços de solidariedade social (REIS e CASTRO, 2001) é a chave para a construção da cidadania – sobretudo em sociedades periféricas – fonte de um dilema

inesgotável na teoria social. A idéia em torno de um ideal cívico que seja capaz de articular a sociedade é constantemente debatida; atribui-se à falta deste componente entre nós o chamado déficit democrático brasileiro. Segundo as leituras tradicionais da democracia, a experiência democrática bem sucedida seria, portanto, resultado do consenso em torno de um valor societário, unificador, em resposta aos ímpetus individualistas. A pergunta que emerge em tal debate é como podemos pensar na consolidação do regime democrático a partir da adesão a certas normas, em um contexto idiossincrático como o Brasileiro, cuja experiência é marcada por momentos em que valores essenciais para a democracia, tais como a liberdade, a participação, etc., não puderam ser manifestos.

As marcas de um passado autoritário e os diversos escândalos de corrupção enfrentados pela sociedade brasileira através dos tempos podem ser apontadas como os elementos responsáveis pela descrença da população nas instituições democráticas, alicerce da representação e, por conseqüência, pelos nossos baixos índices de participação e mobilização política. (BAQUERO, 2001) Deste modo, o bom funcionamento da democracia – ou o “equilíbrio”, conforme a formulação de Przeworski –, que advém da relação positiva entre o desiderato normativo e as normas e valores cívicos que dirigem o comportamento dos indivíduos não se desenvolve, devido ao sentimento negativo da população em relação ao regime político e suas instituições.

É patente na sociedade brasileira a vigência de práticas baseadas no individualismo, na falta de cooperação social e, principalmente, no distanciamento da população do processo político. “Não surpreende, por exemplo, a pouca participação dos brasileiros na política num sentido mais amplo, que vá além do simples ato de votar. Vivemos presentemente uma situação de elevados déficits de capital social, que permite a permanência de uma cultura política desafeta à participação”. (BAQUERO, 2001)

Tendo em vista nossas distinções, podemos estabelecer aqui uma aproximação do caso brasileiro à cultura política latino-americana. A história política do Brasil assemelha-se à realidade dos países latinos, em sua maioria marcada por um longo período de ditaduras e de baixa participação social. O descrédito enfrentado pelas instituições brasileiras também é verificado nos demais países vizinhos, a despeito de suas peculiaridades, provando que existem traços em comum entre as culturas políticas dessas nações. Estudos sobre a realidade latino-americana¹ apontam que valores individualistas norteiam as escolhas da população, além de revelarem que vigora na pátria grande uma cultura “submissa”, (...) “caracterizada pela aceitação passiva do sistema político, pequena tendência à comunicação e pouca disposição para participar”. (LAGOS, 2000) Uma consideração importante deve ser feita sobre o distanciamento da experiência vivida pelas democracias “não-originárias”, com a brasileira, e o modelo consagrado pela teoria social contemporânea. Dado que as trajetórias das democracias “originárias” são impossíveis de serem transplantadas e reproduzidas na nossa realidade, “(...) esses países podem construir poliarquias, mas o funcionamento do regime assim como suas relações com o Estado e a sociedade provavelmente serão

¹ Um dos estudos mais significativos sobre a realidade latino-americana são os surveys aplicados pela pesquisa conhecida como “Latinobarômetro”: “O Latinobarômetro é um survey nacional que segue o padrão do Eurobarômetro, realizado desde 1973. A primeira onda, cobrindo oito países, ocorreu em 1995. O Latinobarômetro foi realizado pela Corporación Latinobarômetro na Espanha e em todo país latino-americano, com exceção de Cuba e República Dominicana – ou seja, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. O número total de entrevistados - incluindo 2.481 na Espanha – foi de 20.652”. LAGOS, Marta. **A máscara sorridente da América Latina**. In: Opinião Pública. Vol.6, n.º. 1, Campinas Apr. 2000.

muito diferentes do que vigorou nos países originários”. (O’DONNELL apud REZENDE DE CARVALHO, 2002)

Se a baixa solidariedade social que unifica as realidades dos países da América Latina é considerada um empecilho para a construção da democracia, há um novo ponto a ser incluído no debate: Como podemos vislumbrar uma sociedade fundamentada em valores cívicos e morais que unifiquem os indivíduos, em um contexto de pluralidade cultural? (REZENDE DE CARVALHO, 2004) Em outros termos: o desafio que se apresenta é de que forma podemos lidar com os novos atores coletivos, heterogêneos, que emergiram ao longo do processo de democratização destes países, em especial o Brasil.

O modelo de sociedade apresentado pelas teorias que utilizam o conceito de cultura política, no qual um conjunto de valores era capaz de unificar os cidadãos, formando um sistema de práticas que se afins à democracia, tornou-se idiossincrático no tratamento da questão envolvendo os processos sociais na periferia. A realidade brasileira mostra que as vitórias do regime democrático envolveram uma modificação nas instituições formais, com vistas a atender as novas demandas oriundas da sociedade civil. As novas formas de sociabilidade que se configuraram através da abertura de certos canais de participação e da legitimação de direitos sociais fundamentais, apresentaram à teoria social um novo desafio, que se refere à formação da solidariedade social no ambiente em que vige a pluralidade de opiniões. Tal conjuntura marcada pela emergência de novos atores coletivos marca, portanto, a nova configuração das relações entre Estado e sociedade, já que impõe uma nova lógica concernente à promoção da cidadania (DOMINGUES, 2006), assunto que será melhor elucidado a seguir.

1.4. Modernidade e democracia – A “Constituição cidadã” de 1988

O esgotamento do processo de *modernização conservadora*² conduzido pelo Estado Brasileiro ao longo do século XX tornou evidente um novo movimento no interior da sociedade. Novos grupos de interesse emergiram, impondo novas demandas e desenhando uma paisagem plural, pelo menos no que tange às novas formas de vida e de organização. A ditadura militar que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985 foi, paulatinamente, destruindo os mecanismos de controle estatal sobre os indivíduos e grupos, e teve como resultado a criação de um espaço propício para o surgimento de atores sociais organizados em torno de suas reivindicações. A partir da década de 70, a sociedade civil brasileira experimenta um significativo ressurgimento cujo eixo é a oposição ao Estado autoritário. Um grande número de associações, movimentos sociais e outras entidades se organizaram em prol da extinção do regime autoritário e da consolidação das instituições democráticas. Assistimos, neste momento da história política do país, a mobilização da sociedade civil em busca de alternativas que levassem à democratização.

O processo de transformação do Brasil contemporâneo trouxe como desafio imediato a incorporação formal desses novos grupos e a expansão da participação social. Neste sentido, a promulgação da Constituição Federal de 1988 é um passo fundamental para a institucionalização dos mecanismos de participação popular no país. Uma das inovações fundamentais da Constituição de 88 diz respeito à abertura de um canal institucional que permite a participação direta nos processos políticos, delineando um cenário promissor à democratização no Brasil. A introdução de mecanismos da democracia participativa na Carta Constitucional tem como objetivo combinar as

² Sobre *modernização conservadora*, ver DOMINGUES, 2004; DOMINGUES, 2006; SANTOS, 1994.

formas de participação e manifestação da vontade geral com as formas de representação.

A constituição de 1988, documento com que o país se reencontra com a democracia política, longe de erradicar as formas de representação funcional, não somente as consagra como lhes concede um novo e afirmativo papel ao entendê-las, tacitamente, como parte integrante dos mecanismos de democracia participativa. (VIANNA E BURGOS, 2002)

A Constituição, portanto, ao acomodar tanto a participação democrática popular quanto a representação, oxigena a paisagem política do país e torna razoável a inserção da discussão sobre temas públicos. Antes de pormenorizar o assunto, cabe aqui uma análise da trajetória brasileira a partir de conceitos que auxiliam na compreensão da nossa realidade política, sobretudo no que tange à participação das massas no jogo político.

Wanderley Guilherme dos Santos (1994), na sua tentativa de desvendar os insucessos do processo de modernização brasileiro, se vale das contribuições de Robert Dahl (1971), a fim de marcar nossas diferenças com a realidade anglo-saxônica. A adoção deste padrão de interpretação permite-nos compreender as peculiaridades da dinâmica da institucionalização democrática brasileira. O modelo proposto é dividido em dois eixos: *liberalização e participação*. *Liberalização* pode ser entendida como o alcance da institucionalização da democracia em uma sociedade. Diz respeito, portanto, ao modo como os indivíduos envolvidos na dinâmica política introjetaram as regras de disputa neste campo, e também como eles reconhecem e legitimam seus direitos. Já o eixo denominado *participação* refere-se à extensão da garantia dos direitos e liberdades ao conjunto da população, ou seja, à incorporação efetiva da população ao jogo político.

O diagnóstico de Dahl apresentado por Santos é que os países que primeiro seguem o eixo *liberalização* (liberalização seguido de participação) possuem maior estabilidade política. Já os que seguem a seqüência contrária (primeiro participação e depois liberalização) são mais instáveis. Tomando tal análise como referência, podemos concluir que há uma peculiaridade na engenharia social e política dos países de democratização tardia: Entre nós, houve uma (...) “incorporação das massas à dinâmica de competição política antes que se obtivesse estabilidade na institucionalização das regras dessa mesma competição” (SANTOS, 1994) Deste modo, no âmbito formal, contamos com leis que garantem a participação política das massas. Entretanto, no plano sócio-cultural, verifica-se que não há um terreno propício à mobilização social, uma vez que não vigora efetivamente entre nós uma cultura que estimule a participação da população.

O novo cenário projetado pela promulgação da Constituição de 1988 abriu espaço para uma articulação entre as instituições formais e a cidadania (DOMINGUES, 2006), através do alargamento do direito ao voto, e também de certos arranjos que viabilizam a participação cidadã. Esta novidade trazida pela Constituição de 88 tornou possível que demandas irradiadas da sociedade civil, sobretudo através de organizações e movimentos sociais encontrem respaldo legal e sejam solucionadas. O caminho para o envolvimento direto dos cidadãos é a possibilidade de se elaborar e/ou decidir sobre uma política pública, que passa a ser garantida pela legislação, através do artigo 14 da Constituição Federal de 1988, que diz: “A Soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I – Plebiscito; II – Referendo; III – Iniciativa Popular³”.

³ Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em (<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>)

Percebemos que os avanços democráticos no Brasil pós-ditadura envolvem necessariamente uma articulação das dimensões societária e institucional, cuja novidade é, sem dúvidas, a inclusão da sociedade através de tais mecanismos, que tornam possível a criação de leis⁴. O incremento da democracia no Brasil através dos mecanismos participativos nos leva de volta ao debate sobre a presença ou não de uma cultura política afim à participação. Esta forma de cidadania, em que os indivíduos expõem suas demandas ao Estado e exige dele uma resposta positiva, representa a transformação de necessidades e carências em direitos do cidadão e, principalmente, significa a necessidade e o direito de participação política efetiva dos indivíduos nos processos de tomada de decisão. (DAGNINO, 2004)

A discussão acerca da promoção da cidadania através da senda aberta pela Constituição de 1988 e pela mobilização da sociedade civil no período compreendido entre as décadas de 1970-1980 permite-nos passar agora para a análise da aprovação do Referendo do desarmamento em 2005 pelas casas legislativas, e seus desdobramentos. A singularidade do evento para a sociedade brasileira e todas as suas imbricações com o tema da construção de uma cultura política participativa nos levam a desvendar as peculiaridades que envolveram o processo de aprovação da lei.

1.5. A aprovação do Referendo do desarmamento

Como vimos, o referendo é um dispositivo constitucional que se configura como uma das possibilidades de participação da sociedade civil abertas pela Carta Constitucional de 1988. A “Constituição cidadã” deu o passo decisivo para a articulação entre a representação funcional e a participação popular, e os mecanismos apresentados pela legislação – referendo, plebiscito e lei de iniciativa popular – configuram-se como um modo de expressão da soberania popular, através da deliberação sobre um tema público. Os referendos têm como objetivo ratificar leis já aprovada pelo Legislativo. Trata-se, pois, de “uma votação popular sobre objetos de disciplina constitucional e que ocorre com maior regularidade, podendo ser facultativo ou obrigatório”. (GEMMA apud FARIA, P.100)

A trajetória brasileira é marcada pela realização de apenas três Consultas populares, sendo dois plebiscitos e um referendo⁵. O mote da proposição do Referendo de 2005 foi a decisão sobre a supressão ou não do artigo 35 do Estatuto do Desarmamento. A discussão em torno desta disposição contida no documento foi levantada a partir da aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 292, de 1999, que chamava atenção para a questão da segurança pública no país. Uma consideração importante presente neste projeto era a necessidade de regulação do comércio e do porte de armas de fogo e munição no país. (ARAÚJO E SANTANA, 2006) O projeto de lei suscitou uma mobilização não só dos parlamentares, mas, sobretudo, de organizações da sociedade civil, que se dividiram em um lado favorável à suspensão da venda de armas, e um lado contrário a esta disposição. Já no Governo Lula, houve a retomada da discussão da matéria, que culminou na aprovação do Estatuto do desarmamento e posteriormente, do Referendo. A criação de uma Comissão Mista do Congresso

⁴ “Juntamente com a previsão desses mecanismos de democracia direta, a Constituição reservou ao Congresso Nacional a competência exclusiva para autorizar referendo, convocar plebiscito (art. 49, inciso XV) e para decidir sobre a relevância dos temas submetidos à consulta popular.” (FARIA, 2006, P. 101)

⁵ O primeiro plebiscito da história do país ocorreu em 1963, e dispunha sobre o sistema de governo: parlamentarismo ou presidencialismo. Houve uma vitória do regime presidencialista. Já a segunda consulta popular realizada no Brasil aconteceu em 1993, por determinação da Constituição de 1988. A população decidiu sobre a forma e o sistema de governo. Mais uma vez, houve vitória do presidencialismo. (ARAÚJO e SANTANA, 2006)

Nacional ajudou na implementação do debate sobre os altos índices de criminalidade em nossa sociedade, além de apresentar a necessidade de se deliberar sobre os critérios que envolvem a venda e o porte de armas no Brasil. Em 18 de junho de 2004 foi publicada no diário oficial da união a Lei nº. 10.884, que regulamenta o Estatuto do desarmamento. (MOTA, 2006)

A aprovação do Estatuto do Desarmamento teve como resultado uma campanha pela entrega voluntária de armas, em cumprimento às resoluções do documento, contidas nos artigos 29, 30, 31 e 32⁶. O artigo 35 do referido Estatuto previa a realização de um referendo que iria deliberar sobre a resolução que diz respeito à proibição do comércio de armas e munições no Brasil.

Art. 35. É proibida a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, salvo para as entidades previstas no art. 6º desta Lei.

§ 1º Este dispositivo, para entrar em vigor, dependerá de aprovação mediante referendo popular, a ser realizado em outubro de 2005.

§ 2º Em caso de aprovação do referendo popular, o disposto neste artigo entrará em vigor na data de publicação de seu resultado pelo Tribunal Superior Eleitoral. (ESTATUTO DO DESARMAMENTO, disponível em www.amperj.org.br)

Com base na polêmica gerada por este artigo formulou-se a pergunta que foi apresentada à população: “O comércio de armas de fogo e de munição deve ser proibido no Brasil?” Duas frentes de campanha foram formadas: a “Frente do Sim”, chamada “Por um Brasil sem armas”; e a “Frente do Não”, “Pelo direito à legítima defesa”. O “Sim” defendia a proibição do comércio de armas no Brasil, enquanto o “Não” apoiava a manutenção da lei que resguarda o direito à compra de armas no país – assunto que será elucidado posteriormente.

O Referendo provocou uma interessante dinâmica no interior das casas legislativas, cujo efeito maior se deu na atuação dos representantes ao longo campanha. Se, durante processo de aprovação do Estatuto contamos com a mobilização dos parlamentares em torno da aprovação da matéria, no desenrolar da campanha percebemos que houve um ardiloso recuo dos políticos. É importante destacarmos como os congressistas se isentaram dos custos da decisão sobre a proibição ou não da venda de armas e, sobretudo, quais foram as influências dessa opção para o processo político em tela. Deste modo, entendemos que a aprovação do Referendo e o empenho do governo em realizá-lo se estabelecem como um claro movimento de transferência das prerrogativas de decisão do poder legislativo sobre assuntos públicos para o eleitorado. Ao agirem desta maneira, os legisladores abstêm-se dos custos nos processos políticos posteriores. Afinal, ter seu nome envolvido em uma questão desta natureza pode não se reverter em ganhos em um futuro pleito. A ausência de um consenso entre os representantes no momento da decisão sobre a proibição ou não da venda de armas, e a escolha pela realização de uma consulta popular constituem uma estratégia política, de escopo utilitarista, uma vez que a contenda em torno da cláusula do Estatuto poderia ser resolvida dentro das casas legislativas. O possível desgaste causado por um enfrentamento com os movimentos sociais e com os empresários da indústria

⁶ (...) “os cidadãos que possuíssem armas de fogo teriam o prazo de 180 dias para regularizar o registro, ou posse, perante a Polícia Federal, e os que quisessem entregá-las, poderiam fazê-lo, mediante recibo e indenização, a contar de 23 de junho de 2004. Posteriormente, o prazo foi estendido até 23 de outubro de 2005.” MOTA, Maria Aparecida Rezende. **O Referendo de Outubro/2005: das conquistas plurais à derrota singular.** In: ISER – Instituto de Estudos da Religião. Comunicações nº 62. Rio de Janeiro, abril de 2006 (disponível em www.vivario.org.br).

armamentista foi o fator determinante para o alheamento dos legisladores no episódio. A lacuna deixada pelo poder legislativo foi ocupada, fundamentalmente, pela grande mídia e pelos grupos que pertenciam às frentes de campanha, as quais capilarizaram o debate junto à população, assunto que será pormenorizado na segunda parte deste trabalho.

O afastamento dos representantes da campanha teve como consequência direta um déficit informacional para a população. A participação ativa dos legisladores no evento poderia resultar em um debate qualificado junto à sociedade, tornando possível a criação de uma esfera pública, além de fornecer os subsídios necessários para o eleitorado realizar sua escolha. Declinar da sua responsabilidade de informar o cidadão comum sobre os processos políticos em curso no país constitui um grande equívoco, sinalizando uma ineficácia da representação, o que denota a necessidade de incremento da mobilização e participação popular como manifestação maior da vontade da sociedade, tendo em vista o aprimoramento da democracia em nosso país.

1.6. Comentários Gerais

É importante destacar aqui que durante o período de campanha eleitoral não houve um esclarecimento tanto por parte da mídia, quanto por iniciativa dos poderes Legislativo e Executivo que o referendo é um elemento de expressão da democracia. A realização de eventos desta natureza seria muito profícua para o sistema democrático brasileiro, uma vez que a consulta popular sobre uma matéria pública favorece a formação de um ambiente favorável ao debate público e à constituição de agentes sociais, propensos a decidir sobre os rumos da política no país. Mesmo com toda a polêmica em torno da aprovação do Referendo do desarmamento em 2005, é inegável que sua realização serviu para movimentar públicos inertes, pouco afeitos ao processo de reflexão e deliberação sobre temas relativos à cidadania e à política.

Assim sendo, percebemos que os referendos e plebiscitos, poucas vezes realizados em nossa história, devem ser aprimorados e mobilizados mais vezes, vislumbrando a criação uma cultura política participativa, democrática entre nós. A inserção de um tema desta natureza no cotidiano dos cidadãos é fundamental para a formação de indivíduos com a habilidade de opinar, decidir, ou enfim, participar, consistindo em um processo de construção de sujeitos na esfera pública. (DURHAM, 1984) Para tanto, torna-se fundamental que os poderes não se eximam de suas responsabilidades e contribuam para aclarar a população sobre o tema a ser decidido, complementando o “ambiente informacional⁷” da sociedade, em grande medida dominado pela mídia. Se a experiência da democracia é construída através de práticas democráticas, devemos, portanto, incrementar os mecanismos da democracia participativa, com vistas a criar uma cultura cívica voltada para a participação, chamando a população à mobilização social, expressão de sua soberania. A articulação entre as formas de participação social e as formas de representação tem como objetivo complementar os déficits de ambas (AVRITZER, 2006), elemento vital para o bom andamento da democracia. Os desdobramentos do Referendo, o ambiente informacional da sociedade, e a análise das propagandas das frentes de campanha serão analisados na próxima parte do presente trabalho.

⁷ FUKS, 2006.

Parte II - O papel das propagandas no referendo do desarmamento

Nesta segunda sessão, voltamos nosso olhar para o ambiente informacional do Referendo do desarmamento, criado fundamentalmente pela cobertura midiática, operada pelos principais jornais e revistas do país, e pelas propagandas da “Frente do Sim” e da “Frente do Não”, exibidas no Horário Gratuito da Propaganda Eleitoral, veiculadas na TV e no rádio. A presente investigação não pretende examinar a cobertura da grande mídia. Os esforços serão concentrados, portanto, na análise minuciosa dos argumentos mobilizados pelas propagandas de ambas as Frentes de campanha, cujo objetivo é compreender de que modo os recursos persuasivos utilizados nas peças publicitárias foram apreendidos pelos cidadãos, e como tais argumentos influenciaram sua decisão final.

A incrível mudança de opinião do eleitorado brasileiro em um curto período de tempo acende esse debate. Sendo assim, para que se compreenda melhor este fenômeno, nos servimos dos subsídios oferecidos pela teoria microssociológica, que contribui de maneira decisiva na compreensão da argumentação presente nas campanhas da “Frente do Sim” e da “Frente do Não”⁸. A utilização de tal suporte teórico visa construir uma perspectiva sobre a ação social e seu conteúdo, primordial para entendermos como as consciências individuais operam em um contexto de deliberação. Além da revisão de tal arcabouço teórico e da apreciação das propagandas, pretende-se debater o papel das conversações cotidianas no processo de escolha e formação de opinião.

2. Teorias microssociológicas - A natureza da ação social

O trabalho insere-se, agora, no debate mais amplo correspondente à tentativa de caracterização da ação social, a partir da sondagem dos mecanismos que possibilitam a relativa articulação de uma interação humana. O aporte fornecido pela teoria microssociológica foi determinante para a construção de uma noção a respeito da natureza da mínima unidade de ação, a saber, o indivíduo, e também para a compreensão do papel da *interação* como produtora da realidade social. Para tanto, dois pontos básicos sugeridos por Alfred Schutz (1964) devem ser levados em consideração. Primeiro, a unidade de ação só pode ser estabelecida pelo próprio agente: o fim último de uma série de esforços é dado pelo sentido subjetivo do agente. O segundo ponto é a consideração de que a ação cotidiana guia-se pelo princípio pragmático; ela refere-se à própria situação em que foi desenvolvida, pautando-se pela resolução de fins práticos contextuais, e não por proposições universalmente válidas (SCHUTZ, 1964). É preciso levar em conta que os agentes elaboram reflexões acerca das suas ações, atualizando-as no curso de suas ações. Ao invés de representar a operação da consciência prática nos moldes de uma racionalidade econômica, em que o agente possui um conhecimento positivo das circunstâncias, Schutz prefere enquadrá-la nos limites da *razoabilidade*. Por razoabilidade entenda-se o raciocínio prático, indicial⁹, voltado para um determinado fim, e que se pauta pelo *verossímil*.

⁸ O material empírico utilizado foi registrado e transcrito em outubro de 2005. Os trechos das propagandas não seguiram nenhuma ordem específica; sua utilização se deu de acordo as exigências dos assuntos abordados.

⁹ “Ela (a indicialidade) quer dizer que todas as formas simbólicas, como os enunciados, os gestos, as regras, as ações, comportam uma ‘margem de incompletude’ que só desaparece quando elas se produzem, embora as próprias compleções anunciem um ‘horizonte de incompletude’. As situações sociais, aquelas que fazem da vida de todos os dias, têm uma interminável indicialidade, e o sociólogo se acha diante de

A outra indicação metodológica que guiou a investigação aqui empreendida foi a proposição de Simmel de que a sociedade é produzida e reproduzida nas próprias interações. Segundo Evaristo de Moraes Filho comentando o autor:

“Como Ciência empírica, a sociologia deve ter por campo ou objeto a multiplicidade de interações, numa incessante vida de aproximação e de separação, de consenso e de conflito, de permanente vir-a -ser. A sociedade não é algo estático, acabado; pelo contrário, é algo que acontece, que está acontecendo. O objeto da sociologia são esses processos sociais, num constante fazer, desfazer e refazer, e assim incessantemente.” (MORAES FILHO; 1983, p. 21)

A proposição simmeliana oferece como substrato fundamental a idéia que sustenta o trabalho, qual seja, de que a ação estrutura a sociedade, à medida que as (...) “formas de socialização repousam, em primeiro lugar, sobre ações recíprocas” (RAMMSTEDT; DAHME, 2005). Em outros termos: a interação é um processo intersubjetivo e colaborativo entre os indivíduos, baseado nas expectativas sociais dos mesmos sobre os demais. Simmel direciona o foco para o aspecto dinâmico e eficaz das ações, as quais amparam e modificam a sociedade¹⁰.

Através das contribuições teóricas expostas acima acerca da natureza da ação, passamos à análise do mundo da vida cotidiana, ancorada na fenomenologia de Schutz, e que será essencial para os fins perseguidos na segunda parte do trabalho. Alfred Schutz explora em sua teoria a idéia fundamental da existência de um mundo suposto, de uma realidade de referência, a qual chama de *atitude natural*, que determina as expectativas de ordem sobre o que existe de fato. Tal finalidade abre caminho para a enunciação do que Schutz chamou de *acervo de conhecimento*, conceito que estabelece a experiência cotidiana como fornecedora dos saberes operacionais usados pelos agentes em suas relações (SCHUTZ, 1977). A chamada “atitude natural” garante a vivência do indivíduo em sociedade, de modo que ele não questione a realidade, assegurando a coesão das ações. Essa “atitude natural” do agente perante o mundo e os outros indivíduos se alicerça sobre a idéia de que todos compartilham o mesmo sentido do mundo, e também que cada indivíduo pode penetrar nas ações dos seus semelhantes. Segundo Schutz, o mundo cotidiano é, por excelência, intersubjetivo, e nossa “atitude natural” perante o mesmo é o elemento que estrutura nossas ações¹¹. Ao contrário do que se argumenta na teoria parsoniana, a ação humana, segundo a perspectiva fenomenológica de Schutz, não é entendida como um simples fazer isento de reflexividade; os sujeitos possuem uma capacidade reflexiva que os habilita a entenderem suas ações e elaborarem juízos sobre o mundo. As ações são, portanto, dotadas de sentido prático.

“El mundo de la vida es, entonces, una realidad que modificamos mediante nuestros actos y, por otro lado, modifica nuestras acciones. En otras palabras, puede decirse que, en definitiva, nuestra actitud natural de la vida cotidiana está determinada totalmente por um motivo pragmático”. (SCHUTZ, 1964).

A retomada dos conceitos fenomenológicos de Schutz faz-se necessária para se destacar o lugar da *interação* na investigação sugerida. Toda a discussão sobre o

‘uma tarefa infinita de substituição por expressões objetivas das expressões indiciais’. (COULON, Alain, 1995, P.34-35)

¹⁰ RAMMSTEDT; DAHME, 2005

¹¹ Destaca-se a centralidade da linguagem na elaboração da ordem social.

referendo e também sobre a racionalidade democrática dos agentes no momento da deliberação é entrecortada pelo lugar da interação na atualização da ordem social. Desta forma, buscamos inquirir, através de abordagens apresentadas, como os agentes acionam um mundo suposto na orientação da sua interação em cada contexto.

2.1. Argumentação e deliberação - O papel das conversações ordinárias na formação da opinião

A utilização dos conceitos extraídos da fenomenologia e das teorias da retórica que tratam, fundamentalmente, das interações sociais e da produção da ordem, abre caminho para a análise das implicações que as conversações cotidianas provocadas pelo referendo tiveram em seu resultado. A contribuição da retórica neste debate visa entender não só como agentes produzem e compartilham um sentido de realidade (que implica no enquadramento de fatos e em diretivas para a conduta), mas também como *impõe* esse sentido. A retórica permite operar com o elemento intersubjetivo do discurso, assim como com o agir instrumental (MAGALHÃES, 2002). Ela recupera a intersubjetividade enquanto elemento estruturante da interação ao indicar ao orador o uso persuasivo de categorias compartilhadas pelo interlocutor. A argumentação e, sobretudo, sua capacidade de persuasão são os elementos fundamentais para se chegar a uma noção sobre a constituição dos movimentos dos agentes no curso da ação social.

No intuito de tratar o discurso como forma de orientar as ações dos indivíduos, buscamos no lingüista Johan Gille (2001) uma concepção de argumentação adequada aos propósitos aqui perseguidos. Gille propõe que se trabalhe a argumentação como um processo dinâmico e colaborativo de negociação de opiniões. O autor contempla o duplo papel da argumentação na interação: fazer prevalecer uma mesma visão – seja sobrepujando visões divergentes, seja ratificando a atual –, e estimular o interlocutor para que este realize uma determinada ação (GILLE, 2001). A argumentação e, sobretudo, sua capacidade de persuasão são os elementos fundamentais para se chegar a uma noção sobre a constituição dos movimentos dos agentes no curso da ação social.

Tal reflexão é necessária para examinarmos o papel das conversas/interações entre os indivíduos na formação de opinião, e como elas se transformam em fontes de informação legítimas e essenciais para a deliberação de um tema. Ao tratar das características da argumentação conversacional, Gille especula sobre como o sentido do mundo é negociado nas conversações espontâneas, através dos movimentos e contribuições do indivíduos durante a interação. Segundo o autor, o sentido não é inerente às palavras; este é dado somente por meio da interação entre pontos de vista. Assim, a argumentação é vista como uma atividade executada, fundamentalmente, no contexto da interação. (GILLE, 2001)

Com referência às teorias aqui apresentadas, percebe-se que as interações sociais, “condição societária por excelência” (FIGUEIREDO, 1991), e as conversas cotidianas podem produzir uma mudança na opinião dos envolvidos, podendo haver uma migração da opinião de uma das partes para o julgamento do outro; ou ainda, ambos os envolvidos na dinâmica mudam seu juízo e aderem a uma terceira posição¹². Segundo Gille, “El objetivo fundamental de la argumentación consiste en hacer prevalecer una postura, tal como queda reflejada en la opinión actual.” (GILLE, 2004, P.53) Sendo assim, percebemos que o embate de idéias e o lugar da persuasão nas conversas diárias são peças fundamentais para entendermos o resultado final do processo eleitoral em foco.

¹² FIGUEIREDO, M. 1991.

O episódio do Referendo do Desarmamento foi circundado por inúmeras controvérsias, seja no que tange à sua dimensão política (como vimos na primeira parte do trabalho), seja nos seus aspectos técnicos, os quais incidiram sobre as preferências dos indivíduos. Assim sendo, colocar as conversas entabuladas no dia-a-dia em destaque é indagar como as mesmas se constituíram como fonte de informação direta do eleitor sobre o tema em debate. Esta premissa fundamental baseia-se no resultado da pesquisa IBOPE¹³, realizada entre os dias 18 e 20 de outubro de 2005, encomendada pela TV Globo, a qual revela que as campanhas de TV e rádios veiculadas, ao contrário do que se imagina, não se configuram como as principais fontes de informação mobilizadas pelos cidadãos na hora de formar sua opinião e decidir seu voto. As conversas com membros da família correspondem a 34%, enquanto as conversas com amigos/colegas aparecem com 28% na ordem de preferência dos eleitores dentre os meios possíveis para se obter informação.

A pesquisa IBOPE nos revela um interessante quadro sobre o contexto do referendo. O destaque dado pelos indivíduos às interações cotidianas é muito relevante, assim como também é considerável o lugar da propaganda na preferência dos entrevistados como um dos mais importantes meios de se obter informação qualificada. Nota-se claramente que as propagandas informaram as conversas triviais, embasando a argumentação do cidadão comum, sendo, portanto, cruciais para a sua escolha final. Assim, chegamos à idéia de que a elaboração de uma resposta que justifique a migração de votos da “Frente do Sim” para a “Frente do Não”, peremptório para o resultado do pleito, passa pela análise das conversas ordinárias. Tais conversas não tinham outro objetivo, senão o de tornar o evento presente na vida cotidiana das pessoas, ou seja, subjetivado.

2.2. As propagandas do Horário Gratuito da propaganda eleitoral - A tipificação dos públicos

O formato das propagandas e os argumentos mobilizados pelas frentes de campanha ganham destaque e merecem ser perscrutados, tendo em vista o modo como ambas percebem e constroem um “tipo ideal” de público, ao mobilizarem certos recursos persuasivos. As peças publicitárias guardam interessantes detalhes, que podem elucidar o modo como os eleitores apreendem e se identificam com certos argumentos e assim, tomam partido sobre algum assunto. Tendo como referencial ainda o resultado da pesquisa IBOPE mencionada anteriormente, as propagandas exibidas pelo rádio e pela TV configuram-se como a segunda principal fonte de informação à qual os indivíduos recorreram para se inteirar sobre o que consistia o Referendo de 2005. Desta forma, o exame das propagandas vislumbra construir um ponto de vista acerca da estratégia procedimental das Frentes de campanha na persuasão dos eleitores. Para tanto, os formatos das propagandas bem como a estrutura argumentativa de ambas as campanhas são colocadas em evidência, através da análise das características gerais das mesmas, apoiada no aporte teórico microsociológico aqui utilizado. Para tanto, foram selecionadas alguns trechos das propagandas exibidas na TV durante a primeira quinzena de outubro de 2005. As transcrições foram feitas obedecendo o critério de

¹³“O ranking dos meios de informação mais usados pelos eleitores para decidirem seus votos não se altera, com destaque para "conversas com pessoas da família" (34%) e com "amigos/colegas" (27%), assim como a "propaganda do referendo" (27%) e as "notícias na TV e no rádio" (19%)”.

(Fonte: IBOPE/opinião -http://www.ibope.com.br/calandraWe?temp=6&proj=PortalIBOPE&pub=T&nome=pesquisa_leitura&db=cald&docid=2C31F94E0D0F6584832570A20046A3AE)

reproduzir não só as falas mas também descrever as imagens exibidas¹⁴. Cabe ressaltar que o critério de escolha das transcrições utilizadas não foi a ordem em que elas foram exibidas, e sim a sua pertinência em relação às questões levantadas.

Há circunstâncias em que os agentes lançam mão de argumentos morais de efeito persuasivo, tanto para si quanto para seus interlocutores. Argumentos dessa espécie surgem quando mobilizam-se tipos encontrados no acervo social de conhecimento, que habitualmente estão associados a certas posturas ou atitudes. Para Schutz, a atitude é uma rede de significatividades que engloba expectativas, projeções hipotéticas, diretivas para a ação, disposições afetivas etc. As práticas sociais institucionalizadas cotidianamente e não questionadas pela atitude natural nos permitem apreender o outro a partir de alguns atributos típicos, os quais dirigem a ação e a escolha individuais. Segundo Schutz, os indivíduos se orientam no mundo social em relação uns aos outros conforme graus de proximidade/distância: quanto mais um agente experimenta o outro na sua manifestação concreta, mais ele capta a complexidade da sua personalidade; quanto menos íntimo de um contemporâneo, mais um agente se orienta em relação a ele por meio de tipos anônimos. O referendo do desarmamento é um caso exemplar do fenômeno descrito acima. Aqui, a comunicação é necessariamente mediada por tipos anônimos, uma vez que não há interação face a face. O debate entre as duas frentes revela, ao longo da campanha, o modo como ambas percebem e constroem um “tipo ideal” de público, ao lidarem com certos argumentos explicitados no formato das respectivas campanhas. O uso argumentativo de tipos anônimos almeja uma proximidade com um público idealizado, simulando intimidade com o cotidiano de sujeitos tipificados. O recurso a tais tipos, apesar de anônimos, tenta situar a problemática do Referendo na vida do cidadão comum, provocar nele a sensação de proximidade, intimidade; evoca uma consciência típica, anônima, para entrar nas redes de conhecimento do outro e assim posicionar a argumentação na interação. O público é, portanto, idealizado conforme as relações típicas estabelecidas entre certas concepções e seu portador característico.

Apelo emocional X Defesa dos direitos individuais

Ao longo da campanha, percebemos que o apelo emocional ganhou proeminência na campanha do “Sim”, a partir da exploração de certos recursos argumentativos. A utilização de depoimentos de vítimas, e a exposição de dados sobre o número de mortos e feridos por arma de fogo foi uma estratégia da referida frente de campanha para convencer o grande público de que a manutenção do comércio de armas no Brasil significa afirmar a cultura da violência. Dizer sim ao desarmamento é, portanto, dizer não ao maior responsável pela criminalidade. Sua estratégia fundamentou-se em atribuir à posse de armas pelo cidadão comum o principal fator das mortes violentas no Brasil, não só pelo fato de que quem as possui pode cometer um delito, mas também pela grande possibilidade destas armas serem roubadas por bandidos. Vimos um movimento típico da “Frente do Sim”:

Frente do Sim

- 1 Narrador: No ar, TV Sim
- 2 Narrador: Filhos são o maior presente de Deus, e para ele você sonha tudo o que a vida oferece de melhor. Com certeza não az patê desse sonho uma discussão com alguém descontrolado com um revólver na mão. No Brasil, mais

¹⁴ Utilizaremos neste trabalho somente as transcrições das falas e das locuções dos programas.

de 30 mil pessoas morrem por armas e fog todos os anos, a maioria por conflitos pessoais. Diga sim à proibição do comércio de armas

- 3 Apresentadora: Muitos homicídios poderiam ser evitados com a proibição do comércio de armas. É o que dizem médicos, delegados, juízes, gente que vive o dia-a-dia das malditas armas de fogo
- 4 Dra. Zilda Arns: Eu muitas vezes sinto que arma é usada por qualquer razão, e depois a pessoa se arrepende mas é tarde demais
- 5 Entrevistado: Aqui na Universidade Federal de São Paulo o pronto-socorro é um pronto-socorro que recebe pacientes de praticamente toda a Grande São Paulo, especialmente da Zona Sul, que é uma zona muito violenta, e o que tem aumentado muito são esses ferimentos...em casa, às vezes com crianças manuseando arma, ou vizinho que vem tirar satisfação e dá um tiro e acaba ferindo pessoas inocente que tão ao redor
- 6 Narrador: O Hospital da Restauração do Recife é a maior emergência do Norte e Nordeste do Brasil. Entre janeiro de 2004 e julho deste foram registrados em média 169 atendimentos e vítimas de armas de fogo por mês, mais de cinco casos por dia
- 7 Entrevistado: Quando e do sexo masculino, 70 à 75% dessas pessoas foram agredidas pelo parente, pelo amigo ou pelo vizinho, ou seja, é um crime de proximidade. Em 90% dos casos, as mulheres que chegaram aqui, vítimas de agressão por arma de fogo foi o parente, ou amigo, ou vizinho

A opção do “Sim” em explorar tal premissa foi determinante para a queda da preferência da população pelo seus argumentos. Seu pacote argumentativo, apesar de mobilizar imagens e exemplos que podem gerar comoção popular – como depoimentos de vítimas por armas de fogo –, e colocar o direito à vida como centro da questão, não incluiu valores relativos à democracia como o pilar do seu posicionamento. O uso de argumentos ditos “técnicos”, baseados em estatísticas e em falas de especialistas, assim como a responsabilização das armas pela violência – gerada através de crimes banais –, não surtiu o efeito desejado junto ao eleitorado. Ou seja, não tornou-se “próximo” o suficiente do cotidiano dos cidadãos a ponto de garantir a vantagem do “Sim” ao longo da campanha. O arquétipo de uma sociedade menos violenta, sustentada por argumentos como os já citados, não foi capaz de convencer o cidadão e lhe fornecer argumentos plausíveis para confirmar sua opção. Vejamos agora um trecho que ilustra tal idéia:

Frente do Não

- 3 Apresentadora: O nosso programa mostra dados incontestáveis, fornecidos por órgãos como a ONU, o SUS e sistemas de segurança públicos. São números vergonhosos de mortes causadas por armas de fogo no Brasil. Sabemos que o impacto desses dados e do lucro da indústria armamentista incomodaria os que defendem o comércio de armas, mas vamos continuar defendendo seu direito à vida. Veja os dados: existem 17 milhões de armas no Brasil, 15 milhões nas mãos de civis. Pesquisa de Secretaria de Segurança Pública de São Paulo mostrou que cerca de 5% das mortes causadas por armas de fogo ocorrem em assaltos à mão armada. A Frente Brasil sem Armas repudia ainda a forma ofensiva com que foi utilizada a imagem de autoridades e artistas engajados voluntariamente na luta contra as armas.
- 4 Narrador: O referendo é um direito seu. Diga sim à vida
- 5 Falante: Talvez você não saiba, mas a maioria esmagadora das mortes por armas de fogo é provocada por parentes, amigos, vizinhos e conhecidos das vítimas, além é claro das pessoas que reagem a um assalto à mão armada. Quem tem

uma arma corre vários riscos. O pior dele é a ilusão de proteção que uma arma dá.

- 6 Narrador: O major Geraldo Tavares tinha orgulho da farda, e nunca se separava da arma. Confiante em 35 anos de treinamento reagiu a um assalto.
- 10 Narrador: Para os especialistas em direito, uma arma de fogo não garante proteção, e ainda atrai os bandidos
- 11 Entrevistado: É um equívoco dizer que a livre venda de armas protege as pessoas. Numa sociedade civilizada, quem deve proteger é a autoridade pública. E além do mais, nós sabemos que o cidadão comum, o cidadão não habituado a atirar em pessoas, terá extrema dificuldade com o uso da arma. Eu tenho a convicção de que a maioria dos brasileiros já percebeu isso.
- 15 Falante: A arma que eles tomam de você pode matar alguém. A arma que eles tomam de alguém pode matar você.

Como resposta aos argumentos de natureza técnica do “Sim”, ancorados, sobretudo, na posse de armas como sendo o fator fundamental para os altos índices de violência no país, a “Frente do Não” preferiu apostar no poderoso argumento baseado no direito à legítima defesa, e na possibilidade de perda do mesmo a partir da proibição do comércio de armas. O êxito dos argumentos do “Não” e sua eficácia junto à população deve-se à exaltação de valores como os direitos civis e sociais, conquistados através da luta e da mobilização da sociedade ao longo da história, e a liberdade – que poderia ser cerceada através de uma lei.

Frente do Não

- 3 Apresentadora: Votar não, para não desarmar o cidadão. Ao invés de mostrar as pesquisas com números que não se comprovam, nós fomos aos hospitais do Rio e de São Paulo para saber o que acontece com os feridos por armas de fogo.
- 4 Repórter 1: É aqui, no pronto-socorro dos hospitais em São Paulo, que percebemos o efeito mais duro da violência na vida do cidadão comum: a idéia que a maioria dos crimes registrados em São Paulo acontece por motivos fúteis é completamente descartada.
- 5 Entrevistado: Estou aqui há 15 anos neste pronto-socorro e justamente o que observo aqui, meus colegas estão todos aqui, é justamente ao contrário. Eu vejo 95% por motivos não-fúteis, aí você pode incluir homicídios e outras coisas. Eu posso falar 5% de motivo fútil.
- 6 Narrador: Vote um, vote não

É notório o diálogo entre as duas Frentes durante a campanha. Prova disso é a fala inicial do programa em questão, que se refere claramente à estratégia da “Frente do Sim” em apresentar ao grande público dados e estatísticas produzidas por especialistas na área de criminalidade. O “Não” desloca o núcleo da questão proposta pelo “Sim” (neste caso, que o grande número de vítimas por armas de fogo no Brasil é fruto de acidentes ou de mortes por motivo banal), para o problema da violência urbana. Senão, vejamos:

Frente do Não

- 8 Repórter 2: Aqui no Rio de Janeiro, a experiência de médicos que trabalham em hospitais públicos, como este aqui em Santa Cruz, comprova que as pessoas baleadas que chegam para atendimento geralmente são vítimas dos bandidos, e não das pessoas de bem que compram suas armas para se defender

- 9 Entrevistado: Olha, eu sou cirurgião há 25 anos. Nos últimos 5 anos eu não lembro de ter recebido nenhum paciente vítima de projétil de arma de fogo, que tenha sido baleado por discussão no trânsito, por briga de família, por ciúmes, não lembro. Os pacientes que eu recebo, na sua maioria, são vítimas de guerra entre os próprios traficantes, e mesmo, ou então cidadãos vítimas de assalto
- 10 Repórter 2: Tirar do cidadão de bem a opção de comprar uma arma de fogo legal para se defender de bandidos não vai resolver o problema da violência em bairros como o de Santa Cruz, aqui no Rio de Janeiro, por isso no dia 23 vote não para garantir seu direito à legítima defesa

Enquanto a “Frente do Sim” apela para um valor societário basilar, o direito à vida, a “Frente do Não” chama o indivíduo à reflexão sobre a perda de direitos individuais, assunto caro à sociedade brasileira, capaz de produzir uma identificação imediata dos cidadãos com seus argumentos.

2.3. Diálogo entre as frentes de campanha – O formato das propagandas

Já mencionamos aqui diversas características pertinentes à “Frente do Sim” e à “Frente do Não”, seus argumentos principais e o modo como estes foram utilizados ao longo da campanha. Porém, a análise de certos aspectos das peças publicitárias utilizadas pelas frentes de campanha ainda se faz necessária, pois revela o modo como as mesmas percebem o público ao qual se dirige. Ademais, o mote do exame de tais dimensões pretende mostrar como as frentes se comportaram ao longo do processo eleitoral, quais foram suas estratégias, inovações, etc.

Frente do Sim – Características

A “Frente do Sim” optou por um formato de campanha mais descontraído, abusando de cores e imagens, contando com basicamente dois apresentadores - um homem negro e uma jovem branca; entretanto, ao longo da campanha outros apresentadores se revezavam na função – além da participação de artistas famosos e concedendo depoimentos, cuja função era manifestar o voto no “Sim”, asseverando uma cultura de paz. Os depoimentos de figuras públicas, todas de grande apelo popular foi uma tentativa de engendrar uma identificação de tal frente de campanha junto às camadas mais baixas da sociedade, tendo como perspectiva a promoção do interesse dos cidadãos pelo tema. No quarto programa exibido na TV, a “Frente do Sim” apresentou quatro depoimentos de pessoas famosas. Vejamos uma seqüência de falas dos artistas convidados e o argumento lançado após as mesmas pela apresentadora do programa:

Frente do Sim – programa 4

14 Marcelo Yuka: Uma arma mudou a minha vida, não deixe que acabe com a sua também. Vamos agir para acabar com tanta violência

Roberta Miranda: No dia 23 de outubro faça valer o seu direito de decidir pelo futuro do Brasil

Daniela Mercury: Um povo alegre como o nosso não merece a tristeza de viver sob o fogo cruzado

Chico Buarque: A maioria das armas dos criminosos não vem de fora, vem de dentro. É preciso secar essas fontes. Menos armas nas ruas e nas casas significa menos armas roubadas. Só que isso ai conta os interesses e muita gente. O lucro

da venda de armas é o osso que ninguém quer largar, mas a nossa vida não pode continuar em liquidação

15 Apresentadora: Quem vota sim mostra a cara. Procure o comitê da campanha, confira a programação da sua cidade e participe

Frases de efeito, menção a experiências pessoais, e referências às qualidades do povo brasileiro marcam tais depoimentos, que estiveram presentes em quatro dos sete programas exibidos no início da campanha. Em praticamente nenhuma das falas, os artistas apresentaram esclarecimentos sobre as implicações da proibição do comércio de armas – nem mesmo da sua manutenção; as falas direcionaram-se para a afirmação do argumento de que a proibição da venda de armas levaria a uma diminuição da violência. Logo, todo brasileiro, cidadão de bem, deveria votar “Sim”. A fala da apresentadora que encerra o programa 4 (“Quem vota Sim mostra a cara”) é muito interessante, pois constitui um claro movimento de chamamento da população ao engajamento na campanha, assim como os artistas que já aderiram à causa e, por isso, resolveram manifestar sua preferência. A estratégia argumentativa presente na fala citada e no depoimento da atriz no programa 7, que diz que assim como ela, vários artistas participam voluntariamente da campanha, compõe uma tentativa de trazer para perto um público até então desinformado, apático e não mobilizado. Votar “Sim” significa participar da militância pela diminuição da violência no país, dever de uma sociedade pacífica. Além disso, dizer que os partidários do “Sim” expõem seu voto é uma clara e direta referência à frente adversária, posto que, no programa do “Não”, não há depoimentos de figuras públicas.

Frente do Não – Características

O formato da campanha da “Frente do Não” distingue-se pela sobriedade do cenário (denotada pela referência direta às cores da bandeira nacional), e pela presença de uma apresentadora – a jornalista Carmem Cestari –, que ditava um clima austero, tornando-se uma marca do programa - o formato foi mantido até o fim da campanha. A atuação da âncora foi primordial, já que suas falas foram o elo de ligação entre as demais partes do programa, as quais eram ocupadas por depoimentos, imagens simples, e também pela contribuição do jornalista Wellington Oliveira (que esteve presente na maior parte dos programas), e de um mascote que apresentava o quadro “*Você sabia?*”, cujo objetivo era mostrar, de maneira didática, certos detalhes envolvendo o Estatuto do Desarmamento, as conseqüências advindas com a proibição da venda de armas, etc. Vejamos agora um caso exemplar da “Frente do Não” em que as performances de Carmem Cestari e Wellington Oliveira se complementam:

Frente do Não – Programa 1

Apresentadora: Na campanha do sim aparecem estatísticas que não estão muito claras. O jornalista Wellington Oliveira tem 30 anos de profissão está aqui para analisar esclarecer essas dúvidas.

Wellington Oliveira: Em primeiro lugar, percebi que há muitos números que não batem, veja só: (O jornalista mostra três representantes da frente do sim discordando quanto ao número de armas no Brasil, respectivamente 15, 17 e 20 milhões)

Wellington Oliveira: Essa última informação é do Senador Renan Calheiros, presidente da “Frente do Sim” num debate da Rede TV! na noite de segunda feira.

Afinal, são 15,17 ou 20 milhões de armas? È, as estatísticas do pessoal do Sim estão meio complicadas.

(Repete as imagens dos representantes da frente do sim)

Wellington Oliveira: O programa deles também afirmou que houve diminuição do número de mortes por causa do desarmamento. Confira:

(Entra matéria exibida no programa da frente do sim):

Em 2004, pela primeira vez em 13 anos, o número de mortes por armas de fogo caiu 8%.

Wellington Oliveira: Mas a mesma pesquisa a que ele se refere, também mostra que na mesma época diminuiram as mortes provocadas por facas, e que eu saiba, não houve desarmamento de facas.

Em São Paulo, em cada 100 mortes por armas de fogo, 95 são provocadas por rixa entre vizinhos, vingança, acidente domésticos, crimes passionais e brigas de rua. 5 são casos de assalto seguidos de morte.

Wellington Oliveira: Mas essa nem sou eu quem vai responder; é o coronel Paes de Lira, que na época da pesquisa era comandante geral do policiamento na grande São Paulo.

Coronel Paes de Lira: A estatística está absolutamente distorcida. Quando eles falam rixa, querem dizer briga de quadrilha, quando dizem vingança, entenda-se a acerto de contas entre criminosos. E as brigas de rua, em geral são disputas entre gangues. Os crimes mencionados, quase em sua totalidade, são praticados por bandidos.

Apresentadora: Deu pra entender, não é? Segundo a campanha do Sim, em São Paulo só existem crimes com motivos fúteis. O coronel Paes de Lira explicou como se deturpou a pesquisa. Bandido mata na esquina vira crime de rua; mata policial, vira vingança; o traficante põe fogo na irmã que o denunciou, vira briga na família. É lamentável que tenhamos que tomar tempo da nossa campanha explicativa pra falar sobre isso. Mas foi preciso, porque a mentira da campanha do sim atingiu um nível absurdo. Espero que você entenda e quero reafirmar o propósito de fazer uma campanha limpa, honesta e verdadeira, sempre em defesa dos seus direitos.

Narrador: Contra a proibição, vote não!

A linearidade das propagandas do “Não” foi o trunfo responsável pela espetacular guinada na opinião da sociedade brasileira. Ao privilegiar uma linguagem direta, e argumentos centrados no esclarecimento de detalhes que envolviam a consulta popular e a proibição do comércio de armas, o “Não” alcançou popularidade e seus temas e argumentos foram sendo paulatinamente incorporados aos pacotes argumentativos dos eleitores. Ao dizer que a proibição não irá suplantar uma conjuntura em que vige a violência e o crime organizado, a “Frente pelo direito à legítima defesa” constrói um arcabouço persuasivo eficiente, de fácil absorção pelo conjunto da sociedade, passando a ameaçar a boa vantagem do “Sim”.

Mudança de estratégia e consolidação de formato

Percebemos que, ao longo da campanha, o perfil do eleitor das duas Frentes vai se delineando, concomitantemente à repercussão das duas propagandas junto à opinião pública. Nota-se, a partir de um certo estágio da campanha, um redirecionamento da propaganda da “Frente do Sim”. O “Sim” passou a explorar ainda mais o uso de estatísticas, e valeu-se das contribuições de argumentos técnicos de médicos,

sociólogos, policiais, etc. A utilização exaustiva deste recurso não foi suficiente para criar uma proximidade entre o público e os argumentos apresentados em sua campanha. Isso pode ser elucidado à luz do conceito de *familiaridade* de Schutz. Os cidadãos sabem que existe um sistema perito que conhece a raiz da criminalidade, produz dados acerca da violência no Brasil e reflete sobre as implicações deste problema na vida social do país. Entretanto, tomar conhecimento de tais explicações não é necessário ao cotidiano dos indivíduos, uma vez que os mesmos sofrem diretamente as consequências da violência, fazendo com que o cidadão escolha os argumentos de acordo com sua realidade imediata, seu dia-a-dia. Em outros termos, os indivíduos não se interessam em igual medida por todas as dimensões da vida social; suas escolhas se baseiam de acordo com a situação em que vivem, organizando o mundo em estratos de maior ou menos significatividade (SCHUTZ, 1973).

“Los ejemplos, en general, están elegidos de tal modo que sé que hay explicaciones ‘más precisas’ para los sucesos que me son familiares, incluso que hay ciertas ‘personas’ que pueden transmitirme este conocimiento: científicos, funcionarios de correo, electricistas, hechiceros, etc. Aunque lo sé, no me interesa realmente adquirir más conocimiento al respecto. Mi familiaridad es suficiente para ‘mis propios fines’. El interés en juego aquí es, en el sentido más amplio, pragmático, y determina la adquisición y la interrupción del conocimiento”. (SCHUTZ, 1973, P.144)

Assim, vemos que os números, os dados técnicos, e os argumentos que vinculavam a “Frente do Não” ao lobby da bala (indústria de armas) não sensibilizaram a população, pois o importante era informar-se sobre as implicações reais da proibição na vida ordinária e saber o que estava sendo verdadeiramente votado no referendo.

A campanha modificou a preferência do eleitor¹⁵. Se antes do início da campanha a “Frente do Sim” levava uma confortável vantagem sobre o Não, em um segundo momento, após o início da exibição das propagandas, percebe-se uma alteração fundamental nos rumos do pleito. A “Frente do Não”, ao privilegiar uma perspectiva crítica e o uso de exemplos corriqueiros, de fácil compreensão e penetração na vida cotidiana, consolidou seu argumento junto à população. O sentimento de insegurança, medo e desconhecimento da matéria votada por parte da sociedade foi determinante para a arrancada do “Não” rumo à vitória. O sucesso do Não pode ser explicado pela análise de Christina Vital da Cunha (2006):

O eleitor queria saber como o SIM ou o NÃO afetariam sua vida e a campanha foi clara neste sentido: nada vai mudar. O NÃO explorou a idéia de que o problema do crime não ia se resolver com o controle da circulação de armas de fogo no mercado legal como o SIM estava apresentando. Essa foi uma mensagem fácil e que “colou” na fala do eleitor. O SIM apontava para uma possibilidade, enquanto o NÃO apresentava uma certeza. (Cunha, 2006, p.52)

¹⁵ Segundo pesquisa IBOPE: “Não” assume a liderança, com 55% dos votos válidos se o referendo fosse hoje, contra 45% do “Sim”. Na segunda e última pesquisa da TV Globo de intenções de voto no referendo sobre comércio de armas e munições, em comparação com a anterior, o “não” oscila positivamente dois pontos, enquanto o “sim” perde quatro pontos percentuais e a proporção de indecisos/brancos/nulos também oscila dois pontos para cima. (A pesquisa foi realizada entre os dias 18 e 20 de outubro de 2005, e publicada dia 22/10/2005) Fonte: <http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=PortalIBOPE&pub=T&d b=cald&comp=IBOPE+Opinião&docid=2C31F94E0D0F6584832570A20046A3AE>

Vimos, portanto, que os argumentos do “Não” possuem maior familiaridade do que os do “Sim”. A fala de populares e a linguagem didática e esquemática utilizada nos programas aproxima-se diretamente da população. Vale ressaltar ainda que o contexto político brasileiro em que o Referendo foi realizado munuiu a “Frente do Não” de poderosos argumentos, como a descrença nas instituições, a negligência do Estado brasileiro no tratamento da questão da violência, a corrupção política etc. Votar “Não” significava também fazer oposição a um governo corrupto, que se defrontava com as consequências da crise política que atravessava –, e, supostamente, via na consulta popular um meio de “abafar” o escândalo do “mensalão”.

A interação entre os programas e seu redirecionamento permitiu a observação de como os argumentos principais acionados pelas frentes de campanha e as conversações cotidianas foram responsáveis pela alteração de um quadro que parecia definido. Enquanto um programa optou por uma linguagem mais próxima do eleitor, o outro erra ao insistir em um padrão baseado em estatísticas questionáveis e argumentos falíveis diante da argumentação do adversário.

Outro dado relevante diz respeito ao papel das pesquisas de opinião encomendadas ao longo da campanha, as quais revelaram as preferências da população, influenciando seu direcionamento. Ao perceber que a temática da “perda de direitos” ganhava a simpatia dos brasileiros, o “Sim” incorporou tal debate, voltando-se para o esclarecimento de certos detalhes técnicos, ignorados pelo “Não”. O “Sim”, portanto, adaptou sua intervenção e argumentação às temáticas apresentadas pela “Frente do Não”, e esta dialogou diretamente com a “Frente pelo direito à vida”, mencionando diversas vezes trechos de programas, depoimentos e debatendo exaustivamente seus principais argumentos.

2.4. O “sim” que virou “não” – Civismo ou Cinismo?

Até o momento analisamos os desdobramentos gerados pelos argumentos utilizados nas propagandas, entre eles, a mudança de opinião da população. Vimos os fatores responsáveis por tal fenômeno, como a argumentação das campanhas, as estratégias e os deslizos nos padrões adotados. Sendo assim, resta-nos agora investigarmos a reação da população frente às informações dadas durante a campanha.

As propagandas tiveram o intuito de estimular o cálculo racional do agente (FUKS E PAIVA, 2006), levando-o a escolher a melhor opção dentre as oferecidas. Ponderar sobre os prós e contras da proibição da venda de armas no Brasil foi um exercício profícuo para a alteração de um quadro aparentemente estável, revelando que os debates cotidianos e a carga de informações recebidas diariamente foi sendo apreendida pelos cidadãos, resultando em uma incrível reviravolta coroada pela vitória do “Não”, que iniciou sua campanha em franca desvantagem frente ao “Sim”. O que de fato pesou na escolha pela manutenção de um contexto em detrimento de uma experiência de mudança?

Retomar o debate empreendido pro Reis e Castro sobre o lugar das normas e do cálculo racional na decisão final do agente faz-se necessário para reafirmar que a decisão supostamente calculada e racional do voto não está apartada da dimensão moral e normativa que opera nas nossas decisões. Pensar na migração de votos de um Frente para outra implica necessariamente perscrutar como elementos cognitivos surgem na interação de acordo com sua pragmática. Assim, a “Frente do Não”, ao introduzir o tema da perda de direitos e, portanto, da liberdade de escolha suspendeu a operação de normas altruístas, e os valores societários de cultura da paz e de direito à vida tornaram-se pouco importantes frente às perdas individuais geradas por uma proibição desta

natureza. Os valores cívicos deram lugar à uma decisão individualista, calcada na perda do direito à legítima defesa. Se pensarmos na conjuntura política daquele período e tomarmos como referencial a análise dos argumentos lançados pelas propagandas, chegamos a conclusão de que a inclinação ao cálculo e a maximização de interesses individuais era a alternativa mais plausível para a população. Em um ambiente dominado pela falta de informação, pensar pragmaticamente, de acordo com suas necessidades, aspirações, e as evidências foi o caminho mais natural encontrado pelos cidadãos, ainda que “sacrificasse” a tentativa de construção de uma sociedade menos violenta. Se não houve efetivamente ganhos individuais, pelo menos, o cidadão comum norteou-se pela certeza de que seus direitos seriam resguardados.

Tomando emprestado somente os termos¹⁶ empregados por Reis e Castro no survey sobre “pacto social” e suas interfaces com a “índole trabalhista” e “índole política” (REIS E CASTRO, 2001), podemos fazer uma analogia simples entre a migração de votos e aquilo que os autores em destaque chamaram de “cinismo” e “civismo”. A população brasileira, ao reavaliar sua postura, revelou que a reflexividade do ator foi estimulada pelo grande contingente de informação, sobretudo aquela disseminada pelas propagandas exibidas diariamente, exigindo-o pragmatismo e habilidade para descartar uma “possibilidade”, uma tentativa de mudança. O “civismo”, que requer uma atitude altruísta, desinteressada e apoiada no melhor interesse coletivo, dá lugar ao “cinismo”, que emerge na situação quando se coloca em jogo a perda de um direito individual. Diante de um quadro instável e de um evento político forjado por um governo cuja credibilidade era discutível, o cidadão brasileiro não teve dúvidas em adotar uma perspectiva egoísta. Ao indagarem-se sobre os motivos que levam os indivíduos a adotar uma atitude individualista, Reis e Castro voltam à teoria da escolha racional e o “dilema da ação coletiva” Olsoniano pra explicar o fenômeno:

(...) “a ocorrência do dilema da ação coletiva não depende de que os indivíduos sejam egoístas, mas somente de que sejam racionais (vale dizer, atentos a considerações de eficácia em suas ações), assim também nossos dados apenas mostrariam indivíduos que, quaisquer que sejam seus padrões morais, reorientam suas ações para a busca de novos objetivos, estabelecidos em termos de interesse próprio, em circunstâncias em que a conduta moralmente orientada é, por definição, provavelmente ineficaz”. (REIS E CASTRO, 2001)

Se, por um lado, a conversão do “civismo” em “cinismo” nos leva à crítica da racionalidade econômica e suas implicações na ação social, por outro, sabemos também no caso do Referendo, que a mudança de opinião foi meramente contingente, e não revela os verdadeiros modelos de orientação dos brasileiros, tampouco os valores que unificam a sociedade. Maximizar os ganhos, ainda que fossem muito pequenos, ao ratificar a manutenção de uma realidade estéril, porém, já conhecida e compartilhada, foi a alternativa plausível encontrada pelos cidadãos.

3 – CONCLUSÃO

A análise do Referendo do desarmamento articulada à leitura das teorias democráticas revelaram que o valor de liberdade perpassa toda a discussão, ainda que isto não seja manifesto em um primeiro momento. Vimos, a partir de um breve estudo dos processos de ampliação da liberdade no Brasil, que as tentativas de impedimento da

¹⁶ O emprego dos termos “cinismo” e “civismo” não será baseado nas variáveis “escolaridade” e “sofisticação política”, ambas determinantes para a análise.

expressão de um direito individual mostraram-se estéreis. Mal comparando, seja durante a ditadura, em que as liberdades foram cerceadas, seja no Referendo, em que a proposta oferecida à população baseava-se na perda e não no “ganho” de um direito, percebemos que qualquer movimento que pudesse suspender a possibilidade de expressão de uma liberdade encontra resistência na sociedade brasileira. Ao colocarmos a consulta popular de 2005 em foco, notamos que surge daí um interessante paradoxo. O Referendo, um dos mais importantes mecanismos de ampliação da participação social, foi julgado pela sociedade como uma resolução “autoritária”, uma vez que sua convocação se deu em uma conjuntura de intensa crise política envolvendo os poderes Legislativo e Executivo. A proposição da proibição de um direito foi interpretada como uma represália à sociedade civil e, por conseqüência, um cerceamento das liberdades individuais, resultando na escolha da população pela opção que mantém o *status quo* – o que revela que tal alternativa representa um certo conservadorismo da sociedade.

O presente trabalho buscou estabelecer um diálogo entre as peculiaridades da sociabilidade brasileira e os desdobramentos do Referendo do desarmamento, a partir do resgate do debate sobre cultura política e da tradição microsociológica. Ao contrário do que se apregoa, concluímos que as especificidades do caso brasileiro não são empecilho para a utilização de conceitos oriundos de tais matrizes teóricas. O fato da jovem experiência brasileira não se conformar perfeitamente aos modelos consagrados pelas teorias clássicas sobre a institucionalização da democracia não se configura exatamente como um problema, uma vez que o confronto entre nossos padrões sociais e as particularidades das instituições dos países “originários” é de grande importância para a compreensão da nossa realidade. Ademais, fornece as chaves para a superação de um contexto marcado pela apatia e afastamento dos cidadãos dos processos políticos. Quanto à utilização da teoria microsociológica, não pretendemos fazer uma apresentação sistemática do seu arcabouço conceitual. O trabalho valeu-se de tal aporte para dirigir a análise dos processos de escolha democrática para a dimensão do ator político.

O debate presente na teoria social sobre a institucionalização de práticas democráticas no Brasil abordada neste trabalho parece não apontar para o florescimento de práticas culturais adequadas à democracia. A dificuldade apresentada por tal perspectiva está na constatação de um quadro baseado em um insuperável déficit democrático, uma vez que não houve entre nós o enraizamento de valores e crenças fundamentais para tal movimento. No entanto, é possível dizer que ambas as correntes teóricas mobilizadas neste estudo nos revelam um panorama muito desigual, porém auspicioso. Enquanto verificamos uma tímida tendência da sociedade civil ao associativismo e à participação qualificada, percebemos, através da análise do referendo e dos seus desdobramentos que, mesmo em um contexto desfavorável, há, sim, certo grau de envolvimento dos cidadãos com temas públicos. A experiência do referendo nos mostrou como a sociedade brasileira internalizou a discussão sobre o tema proposto e provocou um debate nacional. As conversas prosaicas, apontadas como o meio principal de obtenção de informação, provam como os agentes foram enredados por um tema cativo, próximo a sua realidade, e como é possível haver a formação de indivíduos aptos a realizarem os cálculos requeridos pela democracia, sem o abandono de valores e crenças. Tivemos, por ocasião do Referendo, portanto, um debate público, intenso e de grandes proporções, disseminado no interior da sociedade, distinto do modelo de “esfera pública” habermasiana o qual demanda um alto grau de mobilização da população. O Referendo provou como os indivíduos subjetivaram os argumentos lançados ao longo da campanha, compreenderam o que estava em jogo naquele momento e conduziram suas escolhas a partir das contingências. Através de sua “atitude natural”, os agentes

agregaram o tema e seus respectivos argumentos ao seu estoque de conhecimento, tornando viável algum tipo de debate, não obstante fora de alguma instância formal.

O incremento de mecanismos de participação tal qual o referendo faz-se necessário ao contexto brasileiro, uma vez que esses experimentos podem gerar uma contínua reflexão sobre assuntos de natureza pública, tornando fértil o cenário democrático do país. Buscou-se neste trabalho fornecer algumas reflexões sobre os rumos da democracia no Brasil, segundo seus determinantes, deficiências e pormenores. Cremos que, a partir da problematização de nossas próprias categorias e distinções, podemos vislumbrar um novo horizonte social, calcado em práticas e valores realmente democráticos.

BIBLIOGRAFIA

AVRITZER, Leonardo. “Reforma política e participação no Brasil”. In: *Reforma política no Brasil*. Leonardo Avritzer, Fátima Anastásia (Organizadores). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BAQUERO, Marcelo. “Cultura política participativa e consolidação democrática – Reflexões sobre o Brasil contemporâneo”. In: *São Paulo em perspectiva*. Vol. 15, nº4. São Paulo, Out./Dez. 2001.

BEATO, Cláudio. “Etnometodologia: o senso comum em cena”. In: *TEORIA E SOCIEDADE (Revista dos Departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia – UFMG)*. - Belo Horizonte, N° 1, p.177-213, 1997.

COULON, Alain. *Etnometodologia*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Vozes, 1995.

DAGNINO, Evelina (2004) “Sociedade civil participação e cidadania: de que estamos falando?” In: *Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización*. Daniel Mato (org.) Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110.

DOMINGUES, José Maurício. “A Dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil”. In: *Ensaio de Sociologia: teoria e pesquisa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

DOMINGUES, José Maurício. “Instituições formais, cidadania e solidariedade complexa”. In: *Lua Nova*, N° 66. São Paulo, 2006.

DURHAM, Eunice. “Movimentos Sociais – a construção da cidadania”. In: *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo n 10, pp. 24-30, Out. 1984.

FARIA, Cláudia Feres. “Plebiscito e Referendum”. In: *Reforma política no Brasil*. Leonardo Avritzer, Fátima Anastásia (organizadores). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

FIGUEIREDO, Marcus. *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS, 1991.

GIDDENS, Anthony. *Novas regras do método sociológico – Uma crítica positiva das Sociologias compreensivas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GILLE, Johann. *Pautas Argumentativas en el diálogo espontáneo: un estudio de conversaciones Inter e Intraculturales*. Tese de Doutorado em Linguística, Stockolm, 2001.

INÁCIO, Magna; NOVAIS, Raquel; ANASTASIA, Fátima (Organizadoras). *Democracia e Referendo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

LAGOS, Marta. “A máscara sorridente da América Latina”. In: *Opinião Pública*, Vol.6, N° 1. Campinas, abril, 2000.

MAGALHÃES, Raul Francisco. *Racionalidade e retórica – teoria discursiva da ação coletiva*. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2003. (Disponível em www.iuperj.br)

MOTA, Maria Aparecida Rezende. “O Referendo de Outubro/2005: das conquistas plurais à derrota singular”. In: *ISER – Instituto de Estudos da Religião. Comunicações* nº 62. Rio de Janeiro, abril de 2006. (Disponível em www.vivario.org.br)

PORTO, Mauro Pereira. “Cultura política e democracia na América Latina”. In: *Diálogos sobre a Pátria Grande*. Ayrton Fausto, José Flávio Sombra Saraiva, organizadores. – Brasília: Flacso-Brasil, IBRI, Abaré, 2004.

PRZEWORSKI, Adam; CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando. “Democracia e cultura: uma visão não culturalista”. In: *Revista Lua Nova*. N° 58, 2003.

RAMMSTEDT, O., DAHME, H.J. “A modernidade atemporal dos clássicos da sociologia: Reflexões sobre a construção de teorias em Émile Durkheim, Ferdinand Tönnies, Max Weber e, especialmente, Georg Simmel”. In: *Simmel e a modernidade*. Org. Jessé Souza e Berthold Öelze. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005, 2ª ed.

REIS, Fábio Wanderley; CASTRO, Mônica Mata Machado de. “Democracia, cinismo e civismo. Um estudo empírico sobre normas e racionalidade”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.16, nº.45. São Paulo, Fevereiro, 2001. (Disponível em www.scielo.com.br)

REZENDE DE CARVALHO, Maria Alice. “Cultura política, capital social e a questão do déficit democrático no Brasil”. In: *A democracia e os Três Poderes no Brasil*. Luiz Werneck Vianna, organizador. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SCHUTZ, Alfred. *Estudios sobre teoría social*. Buenos Aires, Amorrortu, 1964.

SCHUTZ, Alfred, Thomas LUCKMANN. *Las Estructuras del mundo de la vida*. Buenos Aires, Amorrortu, 1973.

SIMMEL, Georg. *Georg Simmel: Sociologia*. Org. Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1983.

WERNECK VIANNA, Luiz; BURGOS, Marcelo. “Revolução processual do Direito e democracia progressiva”. In: *A democracia e os Três Poderes no Brasil*. Luiz Werneck Vianna (Organizador). Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002.

SITES CONSULTADOS

www.ibope.com.br

www.amperj.org.br

www.vivario.org.br

www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/

